

dossiê

O projetivo e o manifestante: políticas para a adolescência e juventude na encruzilhada

Lo proyectivo y lo demonstrador: políticas para la adolescencia y la juventud en la encrucijada

The projective and the manifesting: policies for the adolescence and the youth at crossroads

Yliah Cavalcanti Sardinha¹

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: yliahsardinha@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7658-9785>.

Maria Cristina Gonçalves Vicentin²

² Universidade de São Paulo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: cristinavicentin@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1343-9341>.

Submetido em 05/02/2023.

Aceito em 14/06/2023.

Como citar este trabalho

SARDINHA, Yliah Cavalcanti; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. O projetivo e o manifestante: políticas para a adolescência e juventude na encruzilhada. *InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 245-270, jul./dez. 2023.

insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 9 | n. 2 | jul./dez. 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS
ISSN 2447-6684



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.
Este trabajo es licenciada bajo una Licencia Creative Commons 4.0.
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

O projetivo e o manifestante: políticas para a adolescência e juventude na encruzilhada

Resumo

Por meio de uma pesquisa cartográfica realizada junto a um coletivo artístico da juventude negra e periférica, formado durante o cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, buscamos caracterizar e analisar o que era demandado dos adolescentes no cumprimento da medida e na execução de um projeto cultural. Ao acompanharmos os fazeres juvenis pudemos identificar experiências intensivas que transbordam o “projetivo”, dando lugar ao que eles denominaram de “manifestante”. A lógica projetiva, sustentada pela noção de projeto de vida, foi analisada em diálogo com a perspectiva crítica à noção de desenvolvimento e epistemologias decoloniais. Exu, como encruzilhada, nos traz pistas para destronar tais lógicas e afirmar a criação manifestante frente aos vazios produzidos pelas violências.

Palavras-chave

Medida socioeducativa. Adolescência. Juventude. Projeto de vida. Encruzilhada.

Resumen

A través de una investigación cartográfica realizada con un colectivo artístico de jóvenes negros y periféricos, formado durante el cumplimiento de medidas socioeducativas en medio abierto, buscamos caracterizar y analizar lo que se exigió a los adolescentes en el cumplimiento de la medida y en la ejecución de un proyecto cultural. Al acompañar los haberes de los jóvenes, pudimos identificar experiencias intensivas que desbordan lo “proyectivo”, dando paso a lo que denominaron “demonstrador”. La lógica proyectiva, sustentada en la noción de proyecto de vida, fue analizada en diálogo con la perspectiva crítica de la noción de desarrollo y las epistemologías decoloniales. Exu, como encrucijada, nos trae pistas para destronar tal lógica y afirmar la creación demostrativa frente a los vacíos que producidos por la violencia.

Palabras-clave

Medida socioeducativa. Adolescencia. Juventud. Proyecto de vida. Encrucijada.

Abstract

By the means of a cartographic research alongside an artistic collective of black and peripheral youth, created during the enforcement of social-educational measures in open environment, we sought to analyse what was demanded from the adolescents in the accomplishment of the measures and in the execution of a cultural project. By following the youthful activities, we have identified intensive experiences that overflow the “projective” and make place to what they have denominated “manifesting”. The projective logic, supported by the life plan, was analysed in a critical view to the notion of development and in a dialogue with the decolonial epistemologies. “Exu”, as crossroads, brings us clues to dethrone this logics and to state the manifesting creation in face of the emptiness produced by violence.

Keywords

Social-educational measures. Adolescence. Youth. Life plan. Crossroads.

Introdução

Uma obsessão cartesiana toma conta, vez ou outra, dos espaços de pesquisa. Podemos nos apegar às metodologias cuidadosamente escolhidas nos projetos, buscar o campo ideal onde a pesquisa possa se desenvolver para então colher o que, inicialmente achamos, seriam os melhores resultados. Mas pesquisar é também, em algum nível, lançar-se ao desconhecido. Ao percorrer os caminhos de escassez e morte como os projetados para a infância e juventude negra e periférica, não há local ideal, bem conservado e adubado, onde a pesquisa floresça sem percalços. Nesse cenário do pesquisar, o apego ao pré-determinado pode nos impedir de ver e ouvir o que de fato se apresenta e é transmitido, pode nos segurar diante do chamado para andar por outros caminhos, para os quais os sujeitos nos convidam. É uma escolha: ao invés de pedir para que os jovens se adaptem à pesquisa, nos desembaraçamos dos projetos para então viver o pesquisar, nos adaptamos e procuramos metodologias que possibilitem caminhar com esses sujeitos e transmitir o que nos é mostrado. Um pesquisar *com* ao invés de um pesquisar *sobre*.

Entendemos que essas situações se apresentam não apenas no pesquisar com adolescentes e jovens, mas também em outros campos das políticas de infância e juventude. Isso porque uma posição comprometida com a autonomia de crianças, adolescentes e jovens precisa necessariamente estar comprometida com a abertura, com o diverso, eis que tais atores nos convidam a pensar além do que nós, adultos, sugerimos. Não se trata de ignorar as diferenças, mas de reconhecê-las e permitir-se deslocar a partir delas, trilhar vias por vezes alheias ao que prescreve o adultocentrismo¹ (BESSET; CASTRO, 2008), o que significa cultivar frestas para além de saberes pré-determinados.

Dentre os caminhos pré-fixados no campo da infância e juventude, a lógica projetiva é uma de suas ramificações, assentando-se nas noções de projeto de vida e de projeto como caminho para o protagonismo juvenil. Sua proposta metodológica adentrou as medidas socioeducativas (BRASIL, 2012; 2013; 2016; 2017; 2018) e também a grade curricular do chamado Novo Ensino Médio². Está também intrinsecamente conectada ao dispositivo do desenvolvimento (MELO,

¹ Uma conotação “adultista” (BESSET; CASTRO, 2008) ou adultocentrada é aquela que vai entender crianças e adolescentes a partir de um referencial adulto, tomando-o como ser humano completo e capaz, as referenciando pelo que ainda não são, no que ainda as faltam diante desse modelo.

² Apesar do projeto de vida ser espaço de amplo debate na proposta do Novo Ensino Médio, não será objeto de análise e discussão desse trabalho, que abordará a lógica projetiva através da socioeducação e dos projetos culturais.

2019) e ao entendimento de crianças e adolescentes enquanto “portadoras de futuro” (COSTA, 2006a). Ao acompanhar adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de São Paulo/SP e continuar o caminhar com alguns deles na execução de um projeto cultural fomentado pela prefeitura, os afazeres e cobranças institucionais organizados em projeto se tornou um dos focos dessa pesquisa, bem como as invenções dos adolescentes e jovens ao lidar com tal estrutura.

Nas pistas dessa desconstrução, nos aliamos à ética e à metodologia da cartografia, por ressaltar os processos e movimentos ao invés de um destino pré-fixado (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2015). Esse experimentar também desloca a posição da pesquisadora, que se assume enquanto parte da experimentação, necessariamente alterando o campo de pesquisa pela sua presença, seus afetos, suas dúvidas e curiosidades, afastando qualquer suposta imparcialidade científica. É um pesquisar com os pés (AZEVEDO; FRUTUOSO; MENDES, 2019), corpo presente que afeta e deixa-se afetar por onde passa:

Determinadas práticas investigativas, como a cartografia, colocam-nos enquanto pesquisadora(e)s diante de algumas condições que extravasam o campo dos protocolos e procedimentos, uma vez que nos convocam não só a pensar ou agir sobre determinado campo, mas vivenciá-lo em suas múltiplas dimensões, num movimento ético de porosidade e composição (COSTA, 2020, p. 13).

Como forma de registro e elaboração dessas afetações, escolheu-se o diário de campo, pois entendemos suas direções próximas da ética da cartografia ao não seguir protocolos ou sugestões pré-fabricadas e por ser espaço de expressão e registro das memórias, cenas e afetos que permeiam pesquisadoras e pesquisas nos encontros da experiência no campo. O diário de campo, então, se afasta de um texto impessoal, dando margem para uma escrita acadêmica que é corpo presente e que dá visibilidade ao plano intensivo do processo vivido (DOMINGUES; AZEVEDO, 2019).

Lançar-se à indeterminação no campo da infância e juventude contribui para tensionar uma posição tutelar que ainda se infiltra nas teorias e práticas das políticas, onde se oferta uma garantia de proteção em troca da obediência à norma (MORAGAS, 2011). É necessário saudar os avanços conquistados pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) com a Doutrina da Proteção Integral (BRASIL, 1990), e os demais diplomas que as complementam³, por terem revolucionado as políticas de

³ Dentre eles o SINASE (Lei n. 12.594/2012) e o Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013).

infância e juventude no Brasil e na América Latina, buscando romper com a lógica menorista (MENDEZ, 2013). Parece-nos igualmente importante lembrar que Direito é também prática e que, embora seja essencial sempre defendermos tais avanços, não devemos sossegar diante das diversas injustiças e abusos que rondam o campo da infância e juventude ainda hoje, inclusive na aplicação dos dispositivos legais. A própria norma, nas diversas negociações necessárias para a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, permitiu a continuidade de dispositivos que podem ser facilmente preenchidos por conteúdo e práticas tutelares (MORAGAS, 2011).

O texto, resultado da pesquisa de mestrado⁴ da primeira autora, orientado pela segunda, articula pistas encontradas na revisão de literatura sobre a lógica projetiva com a experiência junto ao Coletivo Subterrâneo. Buscamos ainda transportar o leitor para os momentos vividos e relatados em diário de campo, aproximando-o daqueles que foram parte essencial no desenrolar dessas reflexões: os adolescentes e jovens. Nesse caminho, evidenciamos o manifestante como um vetor distinto do projetivo que afirma modos singulares de subjetivação da juventude periférica e traçamos sua relação com os movimentos de Exu.

1 Relatos do Subterrâneo: das medidas socioeducativas ao projeto cultural

Chegou o momento de conhecer um adolescente negro de olhos redondos e sorriso largo que prefere ser chamado de Máfia⁵. A ele foi determinada a medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) na proporção de 3 meses, 4 horas semanais.

As medidas socioeducativas foram introduzidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto resposta diante da autoria de atos infracionais praticados por adolescentes (art. 112, ECA). Dentre elas, estão as medidas a serem cumpridas em meio aberto (MSE-MA): Liberdade Assistida (LA)⁶ e Prestação de Serviços à

⁴ Mestrado realizado no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o apoio do CNPq, aprovado pelo Comitê de Ética e pela Plataforma Brasil (processo n. 4242775).

⁵ Todos os nomes são fictícios e foram combinados com os adolescentes e jovens participantes da pesquisa.

⁶ Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. § 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. § 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. Art. 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros: I -

Comunidade (PSC)⁷. Há divergências sobre a natureza jurídica das medidas socioeducativas, pois alguns entendem que elas ainda carregam o caráter aflagitivo-penal, restringindo direitos (SILVA, 2005), e aqueles que entendem que essa não mais se aplica, sendo sua natureza a da responsabilização pedagógica (MORAGAS, 2011).

Máfia conta que tocar percussão é um momento em que sua mente descansa, o que era importante para uma pessoa que vivia correndo, de cabeça quente. O adolescente já tinha uma relação próxima aos espaços de cultura da região, inclusive era o chefe do naipe de surdos de uma escola de samba da quebrada, mas prefere se vincular à atividade de percussão e construção de instrumentos do próprio Serviço de Medidas em Meio Aberto, por não querer misturar as coisas. Quando estava presente nas atividades, tinha muita facilidade em acompanhar o que era proposto e também auxiliava aqueles que estavam começando, além de participar de diversas apresentações. No entanto, não tinha uma frequência regular, o que poderia se tornar um problema e trazer consequências jurídicas se fosse encarado como falta de compromisso do adolescente com a sanção imposta. Para evitar essa situação, buscaram-se alternativas para o cumprimento das horas. Em momentos de trocas com o adolescente ele nos conta que tem vários projetos escritos em casa e diz que são seus sonhos. Entendemos que esses sonhos também podem se tornar uma opção no cumprimento da medida.

Máfia traz seus escritos e conta que queria fazer um projeto que possibilitasse uma “expressão livre do descontentamento”, pois sente que muitas pessoas da região sofrem com o silêncio e guardam para si os maus tratos e opressão que já viveram. O jovem também aponta que seria uma forma de falar sobre os direitos das pessoas, por acreditar que muitas “não tem o conhecimento do próprio direito e acabam não sabendo se colocar em um momento de desrespeito” e também, por meio da cultura, transmitir que “não há coisa melhor do que tirar o extraordinário do simples, do que costuma ser visto, e é sempre difícil ser mostrado”⁸. Além dos

promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho; IV - apresentar relatório do caso. (BRASIL, 1990).

⁷ Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho. (BRASIL, 1990).

⁸ Trechos de documento produzido por Máfia em 04/04/2019.

projetos serem uma possibilidade para auxiliar no cumprimento da medida socioeducativa, Máfia diz ter interesse em procurar um fomento para conseguir colocar em prática suas ideias.

As intenções faíscam movimentos e Máfia encontra mais duas pessoas, Gil e Alicia, para compor o coletivo necessário para submissão ao fomento, nomeado de Subterrâneo, já que a cultura deles é a independente, *underground*. Ambos também se entendem negros. Gil olhos de fenda que se espremem ao sorrir, sorriso idêntico ao amigo quase irmão, magrinho de porte, ligeiro no andar e nas palavras, também faz parte de outro coletivo cultural da quebrada que organiza eventos *Soundsystem*, onde o jovem canta e apresenta suas rimas no microfone. Alicia tem olhos amendoados e sardas suaves ao redor do nariz arredondado, é mulher de ouvido atento, modo ora carinhoso, ora bravo, e gargalhada solta. Sua relação com a percussão é parecida com a de Máfia. Com auxílio, escreve-se o projeto cultural que pretende produzir um documentário com artistas da região, para então estreiar em um grande Festival a ser produzido por eles e realizado na quebrada.

O projeto é submetido e aprovado. Além disso, a medida socioeducativa de Máfia é cumprida pela soma das horas junto ao grupo da PSC e pelas elaborações e execução de atividades culturais voltadas à comunidade, que culminaram no projeto selecionado. O Subterrâneo ganha o fomento para realizar o projeto cultural que sonhavam.

2 Projeto de vida: um sonho com degraus

O sonho dos jovens do Subterrâneo é poder realizar suas atividades artísticas e ganharem reconhecimento a partir disso. Para Máfia, seus projetos culturais se relacionam àquilo que ele sonhou para sua vida. Essa leitura pode relacionar-se com o que se chama de projeto de vida, termo que consta em diversos materiais da socioeducação e que também adentrou a grade curricular do chamado Novo Ensino Médio.

Em cadernos de orientações técnicas a nível federal, destaca-se dentre os objetivos das medidas socioeducativas criar condições para construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional, pautados no protagonismo e autonomia de adolescentes e família, relacionando acesso a direitos e mudança de valores pessoais e sociais (BRASIL, 2013; 2016; 2017). O projeto de vida é referenciado como um plano para o futuro, relacionado aos sonhos e potencial do adolescente (BRASIL, 2018). A nível estadual, as medidas socioeducativas são elaboradas como uma forma de possibilitar o “aprender a ser” ao adolescente, que o levaria a novas formas de se relacionar, favorecendo seu

desenvolvimento e ampliando suas aptidões (SÃO PAULO, 2014). Nas normativas e cadernos do município de São Paulo, a socioeducação novamente figura como meio de construir novos projetos de vida, que deverão ser pactuados nos Planos Individuais de Atendimento (PIA), visando a descontinuidade da conduta infracional (SÃO PAULO, 2010; 2016).

Apesar de prescrito como um dos objetivos a ser alcançado durante o cumprimento das medidas socioeducativas, o único material institucional encontrado que propõe conceituação de projeto de vida no campo da socioeducação é uma série de cadernos orientadores elaborados pelo pedagogo Antônio Carlos Gomes da Costa em período que ofereceu consultoria à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (COSTA, 2006a, 2006b, 2006c, 2006d, 2006e). Costa é figura emblemática da história da socioeducação, trabalhou muitos anos na Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), encampou movimentos pelos direitos das crianças e dos adolescentes, participando das discussões de elaboração do ECA. Diz-se que o material da consultoria foi uma das bases para a escrita do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, Lei nº 12.592/2012 (RANIERE, 2014).

Apoiado na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989), em seus cadernos o autor vai apresentar crianças e adolescentes enquanto portadores de um valor projetivo, estando carregadas de futuro, como as representantes da continuidade de sua família, seu povo, sua cultura e da espécie humana. As legislações garantistas que vieram na esteira da Convenção também buscaram assegurar os direitos de crianças e adolescentes como uma forma de compromisso com o futuro.

Costa entende a adolescência como um período difícil e de experimentações, onde o adolescente pode “se perder” (COSTA, 2006a, p. 22), mas reencontrar seu caminho com o apoio da família, da escola e outros suportes. Para o pedagogo, é na adolescência que se colocam tarefas fundamentais do ser humano: plasmar sua identidade pessoal e social e forjar seu projeto de vida. O projeto de vida o levaria a assumir um lugar na sociedade e um papel na dinâmica sociocomunitária na qual está inserido (COSTA, 2006d).

O autor chama a atenção para as diferenças existentes entre adolescentes que estão “incluídos” socialmente e os que estão à margem da sociedade, entendendo que estes estão mais vulneráveis diante das condições socioeconômicas, da urgência das demandas da família e necessidade de inserção no trabalho como sobrevivência, do apelo midiático e consumista. Esses adolescentes, ainda, muitas vezes não têm acesso a escolas com uma presença forte e, também por conta da necessidade,

podem se afastar precocemente dos espaços educativos para tentar se inserir no mercado de trabalho, que por sua vez reserva a eles poucas vagas e em condições precarizadas (COSTA, 2006a). Diante dessas circunstâncias, o pedagogo afirma:

A ausência de alternativas concretas, que lhe permitam viabilizar-se como pessoa, trabalhador e cidadão, acaba levando o adolescente a murar-se no imediatismo, esse insaciável devorador de horizontes, e na inconsequência, a sua irmã siamesa. A partir daí, torna-se cada vez mais difícil o trabalho social e educativo com esses jovens. Agora, já não é a simples reposição do que lhes foi sonogado que os levará ao caminho do normal crescimento de uma vida e de uma carreira. Aqui, a existência já está comprometida em níveis mais profundos. A educação e a capacitação para o trabalho – todos sabemos disso, quase por intuição – são os pilares básicos de qualquer iniciativa, tanto no sentido de evitar que os adolescentes cheguem a essa situação, como para, uma vez atingido esse patamar de degradação, retomar o caminho do normal desenvolvimento pessoal e social. Sem educação e sem uma perspectiva no mundo do trabalho, como poderá o jovem olhar sem medo para o futuro? (COSTA, 2006a, p. 25, grifo nosso).

Vemos que, para Costa, a educação e a capacitação para o trabalho, bem como a possibilidade de vislumbrar o futuro, aparecem atrelados a um caminho do normal desenvolvimento pessoal e social, que ele também chama do normal crescimento de uma vida e de uma carreira. O autor ainda aponta como degradação aquilo que se afasta desse caminho. Costa (2006d) entende esse trajeto como etapas básicas do crescimento do ser humano, desde a sua identidade até a plenitude humana. Sustenta, ainda, que por meio desse esquema é possível explicar a apatia, indiferença, agressividade, sentimentos e comportamentos destrutivos que os adolescentes possam apresentar frente às oportunidades educativas que lhes são oferecidas, pois ainda não teriam passado pelas etapas anteriores, que se bem elaboradas os permite aceitar as oportunidades educativas.

O normal desenvolvimento ao qual Costa se refere é uma das facetas do que Melo (2019) denomina como dispositivo do desenvolvimento, nesse caso se expressando como projetividade e funcionalidade. O projetivo relaciona, então, a concepção de que o caminho do desenvolvimento resguardado e garantido à infância e juventude passa por uma projeção de futuro, a qual elas devem alcançar, dando direção e função para o ser criança e adolescente, adquirindo certos conhecimentos, realizando determinadas tarefas, que moldarão o ser para o porvir, e esse porvir é ser um adulto produtivo na sociedade em que vivemos.

Enquanto a identidade seria questão central da dimensão pessoal, o projeto de vida pertence à dimensão profissional (COSTA, 2006b). Nas palavras de Costa, o projeto de vida é “um sonho com degraus, um trajeto com passos que devem ser dados para atingir o objetivo almejado” (COSTA, 2006b, p. 59). Também é dessa forma que ele apresenta o caminho do normal desenvolvimento pessoal e social,

como uma escada com doze degraus, onde então as dimensões pessoal e profissional se integram, assim elencados e descritos:

- 1) Identidade – compreender-se e aceitar-se; 2) Autoestima – gostar de si próprio, auto-apreciar-se; 3) Autoconceito – ter uma ideia boa a respeito de si mesmo; 4) Autoconfiança – apoiar-se primeiro em suas próprias forças; 5) Visão positiva do futuro – olhar o futuro sem medo; 6) Querer-ser – desejar ardentemente ser alguma coisa (sonho); 7) Projeto de vida – É querer algo e saber o que é necessário para chegar lá; 8) Sentido da vida – é a linha, a estrada, o caminho que liga o ser ao querer-ser; 9) Autodeterminação – assumir a direção, o controle de sua própria vida; 10) Resiliência – resistir à diversidade⁹ e utilizá-la para crescer; 11) Autorrealização – cada passo dado na direção do seu projeto; 12) Plenitude humana – encontro do ser com o querer-ser. (COSTA, 2006d, p. 59)

A sétima etapa, intitulada projeto de vida, é descrita como a capacidade de traçar objetivos e metas a curto, médio e longo prazo em vários aspectos da vida: estudo, trabalho, vida conjugal, espiritual e financeira. O projeto de vida aparece como uma obrigação existencial de todo ser humano (COSTA, 2006b). Caso apareçam dificuldades ou eventos inesperados durante o caminho traçado, a “mente autopropositiva” apresenta resoluções através dos itinerários pré-estruturados, realocando o tempo, esforço, energia e recursos (COSTA, 2006e, p. 97). Costa (2006d) ainda alerta que o perigo de não ter um projeto de vida é acabar vivendo na nostalgia, preso ao passado; no imediatismo, fechando-se no presente; ou na fantasia, em um futuro desconectado do passado e do presente.

O novo projeto de vida será elaborado com a participação do adolescente e de sua família e acordado no Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumental que definirá as metas a serem desenvolvidas e alcançadas durante o cumprimento da medida socioeducativa que, como já vimos, almeja firmar outro rumo para a vida do adolescente. No caso de Máfia, o adolescente não apenas cumpriu o que havia sido disposto em seu PIA para encerrar a medida a ele imposta, como deu continuidade ao que foi elaborado durante o cumprimento depois do encerramento. Se olharmos pelos objetivos dos projetos, Máfia e o Subterrâneo são um sucesso. Eles saem das medidas socioeducativas não apenas cumprindo o que foi determinado, mas com um projeto cultural que é também projeto de vida para seus integrantes, esquematizado, metrificado, bem escrito e aprovado pelo institucional.

⁹ Preservamos a escrita original do material. Podemos pensar que foi almejado o resistir à adversidade, mas acabou-se publicando resistir à diversidade.

3 Ausências e desvios

Uma vez ganho o fomento, parte-se para a execução. No entanto o tempo das políticas institucionais de cultura não é o tempo da juventude. A documentação é demorada, o tempo para o dinheiro cair e começar a correr o prazo também. Os Subterrâneos decidem começar antes disso e a primeira parte é definir o símbolo do coletivo, que deve passar a mensagem de quem eles são. Acaba-se por desenhar um SUB escrito em letras grafite em amarelo e preto, que nascem de um livro aberto, em frente a uma medalha/estrela. Abaixo disso estende-se uma grande faixa em branco. Explicam que o livro significa a relação que eles têm com a educação, a medalha/estrela o fato de terem sido escolhidos/premiados, o grafite parte da cultura hip-hop, da cultura independente. Discutem o que escrever na faixa, a mensagem que os define, e ficam com “Coletivo Subterrâneo: manifesto da cultura independente”, embora nada de fato se escreva na faixa naquele momento.

A cultura hip-hop na periferia de São Paulo tem importância artística e subjetiva por ampliar as formas de narrar-se e nomear-se para além do que é imposto às pessoas e ao próprio território enquanto determinação social (ARRUDA, 2020; FAUSTINI, 2020a; 2020b). Os nomes artísticos escolhidos e construídos têm cargas simbólicas, afetivas e históricas, possibilitando uma transformação da forma como o sujeito se entende e também de como se entende a periferia, sendo caminho para educação sentimental e política do sujeito periférico. Segundo Arruda, o hip-hop foi elaborado coletivamente como maneira de “alimentar a consciência e uma forma de realizar os sonhos concretamente” (ARRUDA, 2020, p. 113).

Com o símbolo feito, ficou combinada a feitura de camisetas para que o coletivo aparecesse em seus eventos na rua. E decidem começar as filmagens antes da autorização institucional, arranjam uma câmera, um cartão de memória, e se encontram para filmar a batalha de rima que acontece de quinta à noite na praça da Feira Livre. Os Subterrâneos têm dificuldade em chegar perto, ensaiam a entrevista, observam os participantes da batalha de longe. Aos poucos se aproximam e filmam o evento.

Chegado o momento de assinar os últimos documentos junto à instituição de fomento, Máfia supprime algumas lágrimas e solta “*ó, parece que sou gente*”. Daí pra frente é necessário comprar os materiais, organizar as datas das atividades: filmagens, reuniões, autorizações, contatos. Faz-se uma página no Facebook e publica-se alguns trechos das filmagens da batalha, divulgam-se os objetivos do projeto, propaga-se a notícia do festival vindouro.

Algumas dificuldades começam a aparecer e se repetir:

Também lembro que a faixa do símbolo do coletivo continua em branco. Conversamos sobre o que eles têm achado até então. Gil fala que tá sendo muito diferente do que eles achavam que ia ser – achava que iam tá a milhão – mas ficaram acomodados com a repercussão da página do Facebook. Alicia discorda e acha que fizeram coisas até demais para o momento.

Uma pergunta martela na minha mente: o porquê ainda não conseguimos fazer as camisetas. A ideia da camiseta para divulgar o coletivo e fazer com que parecesse um grupo mesmo é sempre lembrada, mas nada delas serem feitas. Gil em geral pontua que o dinheiro está com o Máfia e nem nessa reunião ele estava, disse que ia vir e não apareceu. “Por que a gente ainda não conseguiu fazer a camiseta?” Gil sorri um riso meio divertido, meio incomodado, e responde “Sei lá, parece que a programação tá sempre quebrando. A gente marca mas daí não sei o que acontece, quebra!” (Trecho de diário de campo de 17/10/2019).

Sobre o que se quer com o projeto, querem que as pessoas olhem e falem “mesmo eles não sabendo eles fizeram umas coisas daora. Porque, querendo ou não, a gente tá competindo, a gente e os outros coletivos. Eles querem saber o que a gente tem pra entregar. Por isso que tem que ser melhor do que o que estava no projeto” justifica Gil, complementando que eles “tem que se adiantar”. “Mas como vai fazer a mais se nem o que estava no projeto pra fazer a gente está conseguindo?” Questiono mais uma vez e ele responde mais inquieto dessa vez “Sei lá, a programação tá quebrando” se referindo a tudo o que se combinava em reunião ou por escrito e chegava na hora ou não saía ou saía de outro jeito. (Trecho de diário de campo de 24/10/2019).

Nas pesquisas de Faustini (2020a; 2020b) e Arruda (2020), a arte aparece como campo de trabalho possível para a juventude periférica, uma junção de sobrevivência, renda, e também um meio de criar laços afetivos e comunitários. Apesar de ser encarado como possibilidade de trabalho, muitas das organizações se fazem de maneira independente, sem nenhum financiamento ou apoio (FYA, 2018). Bobina, um dos artistas entrevistados do trabalho de Arruda, passa a visão: “Agora é o seguinte, é uma meritocracia também, o bagulho é meio louco, porque pouca gente vai ganhar, saco?” (ARRUDA, 2018, p. 118), evidenciando que apesar das atividades culturais aparecerem como forma de inclusão social por meio de editais, não é uma inclusão que está ao alcance de todos, adicionando ainda que a forma projeto torna as oportunidades mais excepcionais, diferente do que seria uma proposta enquanto trabalhador da cultura, como uma carreira.

Os Subterrâneos tão ligados e sabem que é competição. O projeto de vida das medidas socioeducativas e o projeto cultural do Subterrâneo encontra outra conexão através do trabalho de Tommasi (2016), onde a autora salienta que a emergência dos projetos culturais na periferia tem relação com projetos sociais, em outras palavras, a arte e a cultura criada na periferia não têm um fim em si, ganhando destaque apenas quando tem alguma finalidade “social”, como tirar as

crianças do tráfico ou valorização da identidade. Essa mescla cria um campo um tanto indiferenciado das experiências: militância, lazer, diversão, moradia e trabalho estão misturados. Em outro momento, os Subterrâneos também vão exprimir que qualquer hora é hora de trabalhar, que tem que ser das 8h às 20h, sem necessidade de férias ou descanso.

Entendemos que essa relação feita através do projetivo cultural e social encontra outra pista na fala de Máfia quando ele, ao assinar os contratos com o órgão estatal, diz que “parece gente”, pois a formalização de seu projeto, no seu nome, com suas ideias, é um atestado de humanidade, um atestado de inclusão no que se entende por sociedade.

No entanto, algo começa a quebrar. A programação quebra, os combinados que eles mesmos fazem e não cumprem. São reuniões e atividades onde sempre falta um membro do coletivo. São as filmagens que, apesar de marcarem dia, horário e local de encontro, acontecem quando resolvem acontecer, fugindo do planejado. Essa quebra é no planejamento feito entre os jovens, mas também vai se tornando uma quebra do contrato com o órgão estatal de fomento. São sinalizações que vão se repetindo em encontros seguintes: a quebra da programação/planejado/combinado; o fazer a mais/fazer a menos; as ausências marcadas; o se adiantar/se atrasar; a faixa em branco; a falta das camisetas; a dificuldade em finalizar a prestação de contas.

Apesar de às vezes encararem dessa forma, os Subterrâneos não ficaram parados. Eles realizam filmagens em dias fora do acordado em reunião e resolvem fazer algo além do que estava determinado no projeto aprovado, começam a organizar pequenos bailes de reggae pela quebrada. De acordo com eles, é uma forma de divulgar o coletivo, aproximar artistas e criar expectativa para o Festival. O Dancehall, ritmo derivado do reggae, é o batidão dançante que embala os bailes, comumente realizados em eventos abertos e gratuitos, embalados por grandes sistemas de som e por músicas que passam uma mensagem, “a essência e a originalidade de quem nasceu e viveu no ghetto”¹⁰, relacionada à valorização do negro, resgate da ancestralidade, denúncia das injustiças, e também histórias de amor e sexo. Com momentos de microfone aberto, os bailes criam espaço onde as pessoas podem cantar, rimar, ou simplesmente passar uma mensagem. São eventos que o Subterrâneo está acostumado a fazer e já os realizavam de forma independente, antes da aprovação do projeto.

¹⁰ Trecho de descrição de divulgação de um dos eventos do Subterrâneo.

As ausências começam a incomodar o Subterrâneo, que começa também a desconfiar de si mesmo, colocando o coletivo em questão.

4 Um manifesto manifestante

Depois chegam Gil e Máfia, os dois de camiseta amarela que nem o sol. Mas ela só reconhece o Gil, porque o Máfia tava diferente, de trança. Também disse que o Gil tava com uma namorada linda. Depois que eles chegam, todos tomam danone juntos e ela elogia os olhos da namorada de Gil. O que me vem na cabeça é de onde veio o danone, já que Alicia foi presa da última vez furtando mercado. Perguntei sobre o danone do sonho e ela me contou que havia pegado no mercado, enrolado em uma blusa. (Trecho de diário de campo de 13/01/2020).

Esse é um relato de sonho de Alicia. Apesar da questão de “ser ou não ser um coletivo” atormentar os Subterrâneos diante das faltas e ausências no desenrolar do projeto, em sonho eles aparecem compartilhando algo entre si, um danone furtado, as camisetas amarelas cor do sol e do símbolo do coletivo, a beleza da namorada de Gil e das tranças de Máfia, o comum compartilhado no estacionamento de um supermercado, estabelecimento que em diversos momentos os perseguiu¹¹. O danone marca a falta, por ser uma iguaria que na vida acordada dificilmente se encontra na geladeira de Alicia; marca o proibido, por ser constantemente negado a ela; marca o fazer pelas margens/marginal no enrolar do pequeno pote de morango na beira do casaco, que se desfruta do lado de fora, coletivamente. Em nova reunião, outra similaridade se apresenta:

Poderia ser uma boa ideia começar a assistir e marcar as imagens, cada um podia fazer uma parte, sugerir, seguida por concordâncias e organizações da parte de Alicia e Máfia. Gil não concorda. Acha que não adianta fazer separado e nem marcar os vídeos porque antes é preciso saber a mensagem do documentário. Eu então perguntei de novo, para que se lembrasse, o que se queria com o documentário. “Pique¹² um manifesto, um manifesto manifestante” fala Gil, seguido pelas concordâncias de Alicia e Máfia. Aparentemente eles todos concordam e sabem do que se trata o manifesto manifestante, que só seria possível descobrir e documentar se assistissem todos juntos. (Trecho de diário de campo de 29/01/2020).

Apesar dos incômodos, algo novamente se marca enquanto coletivo. A mensagem do documentário só pode ser construída enquanto transmissão quando estão

¹¹ Em outros momentos da pesquisa, Máfia troca de chinelo no supermercado, calçando o novo e deixando o velho pendurado na prateleira. Gil ganhou uma ação judicial contra um supermercado, pois filmou um segurança que repetidamente o perseguia sempre que estava no estabelecimento, acusando-os de racismo.

¹² “Pique” é uma expressão utilizada pela juventude nas periferias de São Paulo e significa como, da mesma forma que.

juntos, o manifesto manifestante. O manifesto da cultura independente já não basta.

O combinado de assistirem juntos às filmagens e construir um documentário de formato único não se concretizou da maneira planejada. Enquanto projeto, os Subterrâneo têm para apresentar filmagens cruas, pequenos trechos editados, um festival ainda por organizar, vários outros eventos paralelos e uma prestação de contas incompleta.

O que significaria o Subterrâneo não entregar o que foi contratado? Na lógica projetiva das políticas de infância e juventude, não é uma simples inadimplência, é algo que vai dizer deles, defini-los. A visão identitária apresentada por Costa (2006a; 2006b; 2006c; 2006d; 2006e) toma a vida e o viver como compartimentos de propósito, que devem ser seguidos ou conquistados. A forma de exprimir a carga projetiva de crianças e adolescentes fica atrelada a metodologias com formatos únicos, organizados, compartimentados e esquematizados, muito dependentes da vontade do indivíduo, que tem obrigação ética em segui-los. Qualquer criação deve se adequar ao modelo, não possibilitando espaços para processos singulares.

Melo (2019), em sua tese, apresenta que a lógica do projeto aplicada à infância e juventude aparece nos documentos e práticas legais como emancipadora ou até “salvadora”, próximo do que Tommasi (2016) já pontuou sobre os projetos sociais. No entanto, o autor salienta que em sua execução prevalece “uma dimensão interventiva, planificadora e instrumentalizadora” (MELO, 2019, p. 110-111). Em seus estudos, o jurista rastreou a relação existente entre as discussões sobre progresso no final do século XX e o entendimento de desenvolvimento enquanto projeto, que vão se expressar como uma evolução natural, contínua, rígida e de gradual apreensão e realização humana, resultando no bem estar integrado: moral, espiritual e material do ser humano. Há ainda uma relação entre desenvolvimento, liberdade e crescimento econômico, onde a expansão do mercado expandiria as oportunidades econômicas, o que permitiria então maior desenvolvimento e liberdade às pessoas. As escolhas e o desenvolvimento possível a cada um relaciona-se também com a ideia de otimizar as possibilidades do momento, fazendo o melhor com o que se tem, focando na capacidade humana. Novamente o diálogo com a pesquisa de Tommasi (2016), onde os jovens que são considerados exemplos de sucesso são os considerados “resilientes”, os que conseguem capitalizar o vivido na adversidade. Há ainda evidentes paralelos com a escada do caminho normal do desenvolvimento pessoal e social de Costa (2006d; 2006e), onde aparece enquanto tarefa ética do adolescente sonhar com algo possível, ter vontade organizada, disciplinada e direcionada no tempo em um plano/projeto,

elaborar essa direção enquanto caminho existencial, criar limites como expressão de liberdade, não se entregar às adversidades e utilizá-las ao seu favor, e continuar nesse caminho até a plena realização humana.

É a ideia de uma produção de mudanças sempre relacionadas a imagens e ações de expansão, melhorias, completude, aumento, valorização e potencialidade, correlacionadas às lógicas de mercado, remetendo a um esquema produtivo e projetivo. No neoliberalismo, a empresa adentra os corpos e tecido social, a vida de cada indivíduo é uma empresa permanente e múltipla (MELO, 2019). Tommasi (2016) se refere aos sujeitos de sua pesquisa como jovens produtores culturais de favela, mas poderiam ser jovens empreendedores culturais de favela. Bertol e Ferreira (2019) apontam que o discurso jurídico desenvolvimentista se apresenta a partir do dever ser e do aprender a ser e a conviver, categorias ideais com saberes prévios a serem aplicados à infância e juventude. Dessa forma, se antecede às próprias existências de crianças e adolescentes, tornando-se sua própria natureza. Quando as compreendemos como “portadoras de futuro”, as vemos como “seres humanos em potencial”, cobramos que elas trabalhem por e para esse futuro, servindo a um curso planejado por adultos e sobre o qual não as chamamos para elaborar ou avaliar.

Os Subterrâneos sonham em adentrar esse esquema, fazer parte da sociedade dita “incluída”, considerada produtiva. Ser gente, como Máfia falou. No entanto, há um desencontro entre seus modos de fazer acontecer a cultura na quebrada e o exigido pela prestação de contas. Alguns podem argumentar que faltou conhecimento e informação que os permitisse transitar mais facilmente entre uma coisa e outra e acreditamos ser em parte verdade. Porém, há pistas que apontam também uma outra direção, já que existia material filmado, existiam acordos firmados em reuniões, vários eventos foram de fato realizados. Por que deixaram os vazios? Por que a prestação de contas seguiu incompleta? Por que, depois de meses e meses, ainda se estende sobre o logo do coletivo uma faixa em branco?

Máfia acompanha e fala que se ele não quiser fazer não precisa, claramente irritado com a posição de Gil. Gil fala “tá bom. Eu não quero fazer nada”, sorri e se esparrama mais na cadeira. Eu então pergunto porque ele continua na reunião. Ele diz que tá esperando pra assinar e insiste em dizer que aquele não é o jeito de fazer a prestação de contas, que era só enviar o formulário digital. Eu então pergunto “se é tão fácil, por que não foi feito até agora?”. Ele fica bravo, levanta da cadeira e sai falando alto em direção à parte de dentro do lava-rápido “Por que? Isso que eu queria saber também! Isso que eu queria saber!”. Um tempo depois ele volta, senta e pergunta novamente “onde eu assino?”. Ninguém responde. Ele quer agilizar e fala “vamos pegar um desses que vocês responderam aí, assinar e já era”. Mas Máfia e Alicia não concordam e se organizam de outra forma.
[...]

Entrego, então, um dos formulários em branco para ele. Ele pergunta novamente “prá que isso?”. Eu estou me despedindo dos outros meninos. “Pra que isso?” soa de novo. “Porque é seu”. Parece resposta suficiente no momento. Ele então enrola as folhas em um megafone. Parece que quer me mostrar que não vai preencher o formulário. Não que eu quisesse que ele preenchesse, eu só queria que ele levasse para casa, ficasse com aquilo que ele se recusou a fazer em grupo. Não assinou nada e levou o formulário em branco. Com esse formulário fez um megafone. Isso não é dizer de alguma forma, um gritar, um ecoar pelo formulário? Saio com Alicia e ele vem atrás, falando pelo seu megafone de papel. (Trecho de diário de campo de 13/02/2020).

Esses últimos trechos de diário contam de uma reunião do Subterrâneo onde mais uma vez se tentou finalizar a já muito atrasada prestação de contas. Para evitar falhas na internet ou dificuldade de material, a pesquisadora imprimiu os formulários para os membros do coletivo escreverem. Mais uma vez, a reunião termina com a prestação de contas incompleta, mas com muita presença do Subterrâneo. Lembremos, o manifesto da cultura independente era o que eles queriam inicialmente apresentar. A cultura independente, já sabemos, era o que eles faziam antes de ganhar o fomento, a arte que faziam por conta própria, sem ajuda e sem necessidade do Estado. No entanto, o que se entrega não é o manifesto, prometido em projeto, é o que manifesta.

O sonho projetado não se entrega, o que se manifesta é o sonho sonhado, que atravessa os Subterrâneos e escapa deles e por eles, o manifestante.

O manifestante se aproxima do independente por ser necessariamente uma crítica ao sistema, ao institucional opressor, e por tê-lo como alvo de suas estripulias. Porém, apostamos não ser a mesma coisa. O microfone dos reggaes, onde eles divulgam suas músicas, invadindo os ouvidos, é diferente do megafone sem palavras. O megafone e o banner existem exatamente dessa forma, grandes vazios que se impõem. Aqui o vazio não é apenas aquele deixado pela falta da garantia dos direitos, há algo desse vazio que passa por uma criação dos Subterrâneos, ainda que não apareça de forma necessariamente consciente.

Relacionamos à trajetória do Racionais MC's quando contam da transição do disco *Sobrevivendo no Inferno* (1997) para o Nada como um Dia após o Outro Dia (2002). Ao fazerem a escolha de sair de cena por um tempo, voltar à quebrada, à família, aos manos, à raiz, algo muda também na expressão da sua arte, que já não é apenas denúncia, contando de uma periferia submissa, ignorante, alienada, é a contestação disso, é a transmissão da complexidade e da potência de vida que faz e se refaz todos os dias nesses territórios. “Ali eu posso ter a pretensão de dizer que eu encarnei o espírito da periferia de São Paulo. Todo o código” conta Mano Brown em entrevista, apontando que nesse disco “Se você prestar atenção, ali a

periferia tá, errando ou acertando, ela tá opinando e pondo pra frente” (RACIONAIS MC'S, 2022). Santos nomeia esse movimento de transgressão: “Apesar dos estigmas sociais colocados na favela e a racialização desse corpo, a transgressão é o movimento que rompe a lógica e potencializa o corpo, fazendo os sujeitos transformarem a realidade” (SANTOS, 2021, p. 297).

A letra de Vida Loka, Pt. 2 retrata essa potência expressa em intensidade: “Pros parceiros tenho a oferecer minha presença, talvez até confusa, mas real e intensa”, relacionada a uma afetação do corpo presente, que também aparece em Vivão e Vivendo: “Você está nas ruas de São Paulo, onde vagabundo guarda o sentimento na sola do pé, não é pessimismo não, é assim que é. Vivão e vivendo, o guerreiro tira chinfra, é o doce veneno” (RACIONAIS MC'S, 2018).

O manifestante chama uma corporeidade necessária, é a forma deles se relacionarem com o território, de se relacionarem entre si, o documentário que filmaram com a câmera, com os olhos, com os corpos. E que aparece em partes, fragmentado. Tem algo desse documentar que não pode ser entregue nos registros do projetivo, é do registro do manifestante e que, importante ressaltar, não se entrega. O manifestante não afirma nem nega, não oferece respostas, ele se impõe, aparece, surpreende inclusive os próprios Subterrâneos. Sua lógica é de outra ordem. Entre projetivo e independente, o manifestante se apresenta revestido como encruzilhada exusíaca (RUFINO, 2018).

A encruzilhada de Exu não é a necessidade de escolha entre dois caminhos divergentes, mas a sustentação das possibilidades e também da contradição. Exu nos lança em uma lógica afrodiaspórica de compreensão do tempo e do mundo, pois entendemos que a lógica do manifestante não é qualquer corporeidade ou experiência, mas uma lógica situada, a do viver negro, jovem e periférico.

Aqui trazemos Exu para pensar o manifestante em jogo com o projetivo, pois os caminhos lineares, crescentes, expansivos e plenos do projetivo parecem se conectar a uma lógica colonial adaptativa da branquitude¹³¹⁴, por mais que se busque através dela objetivos de emancipação e inclusão. bell hooks (2019) escreve que “em vez de usar táticas coercitivas de dominação para colonizar, [...] seduz as pessoas negras com a promessa do sucesso dominante, mas apenas se estiverem dispostas a negar o valor da negritude” (HOOKS, 2019, p. 59), o que se aplica ao

¹³ Sentimos pelo pleonismo, mas se aprendemos algo com os últimos anos (2019 a 2022) é que alguns óbvios precisam ser ditos.

¹⁴ De forma simplificada, branquitude é o termo que condensa os privilégios materiais e simbólicos reservados àqueles lidos como brancos em uma sociedade estruturada através do racismo, como é o caso do Brasil (SCHUCMAN, 2020).

Subterrâneo, pois em algum nível para terem o projeto aprovado seriam obrigados a abandonar fazeres próprios, negros e periféricos para se adequarem. É a mesma lógica do projeto de vida que adentra a socioeducação, onde entende-se que algo tem que ser deixado para trás, algo que fica associado com o envolvimento no crime, um descaminho ou degradação, nas palavras de Costa (2006a), para que seja possível reconduzir ao verdadeiro trajeto do que se entende por plenitude humana.

No entanto esse humano da plenitude diz de uma humanidade específica. Krenak (2019) declara não ter interesse nenhum em fazer parte dessa humanidade, pois o que a sustenta é a concepção de que existe uma única maneira verdadeira de estar na terra, o que historicamente acabou por justificar as mais atrozes violências. Os jovens sentem essa marca, sabem como ela se estende sobre seus corpos e, apesar de assinarem os documentos, escapa pelo manifestante a indisposição em abrir mão de quem são.

A encruzilhada não é aqui reivindicada para negar a presença da modernidade ocidental, mas para desencadeirá-la do seu trono e desnuda-la, evidenciando o fato de que ela é tão parcial e contaminada quanto as outras formas que julga. O conceito de encruzilhada combate qualquer forma de absolutismo, seja os ditos ocidentais, como também os ditos não ocidentais. A potência da encruzilhada é o que chamo de *cruzo*, que é o movimento enquanto sendo o próprio Exu. O *cruzo* é o devir, o movimento inacabado, saliente, não ordenado e inapreensível. O *cruzo* versa-se como atravessamento, rasura, cisura, contaminação, catalisação, bricolagem – efeitos exusíacos em suas faces de Elegbara e Enugbarijó. O *cruzo* é a rigor uma perspectiva que mira e pratica a transgressão e não a subversão, ele opera sem a pretensão de exterminar o outro com que se joga, mas de engoli-lo, atravessá-lo, adicioná-lo como acúmulo de força vital (RUFINO, 2018, p. 18).

Enquanto o projeto moderno ocidental, esse mesmo colonial, impõe absolutos, lógica do modelo único, monocultural, monorracional e monoexistencial, de obsessão positivista como a escalada de direção linear e ascendente do projeto, as práticas de encruzilhada sustentam o diverso, suas multiplicidades e multiplicações. As quebras do projeto, as ausências, os espalhamentos retornam enquanto potência criativa que aponta para um modo diverso de fazer e viver. Exu é matéria de inacabamento, não almeja a plenitude, engole os cacos deixados enquanto morte, escassez e falta, para regurgitar um outro, nem o que era antes inteiro, nem o fragmentado (RUFINO, 2018). Linguagem miudinha, condição minoritária de abertura e multiplicidade, essas vidas menores dobram o menor imposto enquanto incapacidade e cruzam os limites das normalizações universalizantes. Diante da tamanha violência que contra eles se lançam, os atos de transgressão criados pelos adolescentes e jovens são linhas de fuga inventadas, incorporadas enquanto radicalidade da vida, maior inclusive que a própria vida,

rompendo então com um projeto que situa o viver no futuro, centralizando a vida como potência (TAKEITI; VICENTIN, 2019).

Os jovens se emocionam e se identificam com o projeto aprovado, são seus sonhos. Mas não suportam sonhos aprisionados. Parte deles teima em não se conformar, em deixar os vazios, apontá-los e torná-los parte do que se apresenta perante o institucional. É um vazio que não demanda preenchimento, pois já provoca movimentos, é a própria invenção. Aponta, exprime os limites do projetivo e os dobra, fazendo caber o que a princípio nem existia. Também a vida desses jovens está no limite do existir, envolta por forças mortíferas e de desencantamento (RUFINO, 2018), mas eles abrem caminhos, não apenas na denúncia e na resistência, mas na criação.

Considerações Finais

Esse trabalho não pretende propor um novo modelo para substituir o projetivo. Antes, pretende apontar que o projetivo não é o único caminho possível, desencadeando-o do trono do modelo, ou ainda, que existem outras forças em jogo com o projetivo.

A lógica projetiva é desnudada enquanto lógica do modelo único, linear e expansivo, tributária de um modo neoliberal de pensamento e visão de mundo, que adentra as políticas de infância e juventude, aqui apresentadas a partir da socioeducação e dos projetos culturais, sustentada pelo dispositivo do desenvolvimento. Uma de suas maiores expressões é a metodologia do projeto de vida, este compreendido enquanto obrigação ética essencial ao ser humano e que deve ser construído na adolescência, almejando sedimentar uma identidade fixa a partir da qual vão se relacionar, programar e metrificar o sentido da vida e suas escolhas graduais para atingir os objetivos pré-determinados e alinhados às possibilidades de cada indivíduo, tendo na linha de chegada um ideal de plenitude humana.

Vivendo conjuntamente com adolescentes e jovens, nos foi possível perceber movimentos inventivos que vez em quando se chocam com tais propostas pré-estabelecidas. O manifestante nos dá pistas, abre frestas, nos convida a apostar em outras possibilidades além das que já conhecemos, possibilidades que possam considerar os fazeres juvenis, negros e periféricos e, acreditamos, muitos mais, por ser lógica que caminha na abertura e multiplicidade. Se tem algo que o manifestante aponta é que a participação não basta. Não se trata somente de criar espaços dentro das instituições para que possam entrar, mas de colocar a própria lógica dita inclusiva em questão, possibilitando a emergência e o reconhecimento

de modos de fazer diversos enquanto saberes, conhecimento, modos de vida válidos e criadores, inventivos, modificadores da sociedade.

O manifestante diz de uma outra forma de vivenciar a existência, que não cabe no projeto e não se aprisiona ao futuro. Algo nesses jovens resiste à adequação, mesmo em seus aspectos educativos, e vão além da resistência, denunciam as faltas e as transformam, permeando-as com seus fazeres, alheios à aprovação ou desaprovação. Eles não rejeitam a lógica do projetivo, em algum ponto até querem fazer parte dela, mas não se submetem, não abandonam quem são em troca de uma garantia prometida, seguem sendo guardiões da vida enquanto potência. Laroyê!

Referências

ARRUDA, Daniel Péricles. Cultura Hip-Hop e Serviço Social: a arte como superação da invisibilidade social da juventude periférica. *Katál*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 111- 121, jan/abr 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n1p111>. Acesso em: 20 jan. 2021.

AZEVEDO, Adriana Barin de; FRUTUOSO, Maria Fernanda Petrolí; MENDES, Rosilda (orgs.). *Pesquisar com os pés: deslocamentos no cuidado e na saúde*. São Paulo: Hucitec, 2019.

BESSET, Vera Lopes; CASTRO, Lucia Rabello (org.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008. Disponível em: <http://www.brunabenvegnu.com/pesquisa-intervencao.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

BERTOL, Carolina Esmanhoto; FERREIRA, Mariana Belluzzi. A concepção desenvolvimentista de adolescência e seus impasses para a política de Assistência Social. In: ARAGUSUKU, Henrique Araujo et. Al. (org.). *Pesquisas em psicologia e políticas públicas: diálogos na pós-graduação*. 1. ed. v. 1. São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/413>. Acesso em: 03 mar 2021.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 05 out 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. *Lei n. 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jan. 2012. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm#:~:text=1o%20Esta%20Lei%20institui%20o,adolecente%20que%20pratique%20ato%20infracional. Acesso em: 29 maio 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Guia de políticas e programas*. Brasília: MDSA, Assessoria de Comunicação, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/_guiadepoliticas_MDSA_online.pdf> Acesso em: 01 jun 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. *Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto*. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 01 jun 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo 2013-2022*: Versão para consulta pública. Brasília, 2013. Disponível em: http://www.angra.rj.gov.br/downloads/SAS/sinase/sinase_plano_decenal_2013_2022_consulta_publica.pdf. Acesso em: 17 ago 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. *Medidas socioeducativas em meio aberto*. Brasília, 2018.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas*: conceitos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Por%20uma%20Pol%3adca%20Nacional%20de%20Execu%3a7%ca3o%20das%20Medidas%20Socioeducativas.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *As bases éticas da ação socioeducativa*: referenciais normativos e princípios norteadores. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/As%20Bases%20Eticas%20da%20A%3a7%ca3o%20Socioeducativa.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente*: perspectiva e desafios. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006c. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Os%20Regimes%20de%20Atendimento%20no%20Estatuto%20da%20Cri%3an%3a7a%20e%20do%20Adolescente.pdf. Acesso em: 27 set. 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006d. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Socioeducacao.pdf. Acesso em: 28 set. 2020.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006e. Disponível em: http://ens.ceag.unb.br/sinase/ens2/images/Biblioteca/Livros_e_Artigos/material_curso_de_formacao_da_ens/Par%20metros%20para%20a%20Forma%20do%20Socioeducador.pdf. Acesso em: 29 set. 2020.

COSTA, Luciano Bedin da. A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa. *Paralelo31*, UFPEL, ed. 15, p. 10-35, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/paralelo/issue/view/960/showToc>. Acesso em: 20 abr. 2021.

DOMINGUES, Adriana Rodrigues; AZEVEDO, Adriana Barin de. A escrita comum como dispositivo na formação em saúde. *Mnemosine*, online, v. 15, n. 1, p. 23-39, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/45971>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FAUSTINI, Marcos (org.). *Jessé Andarilho, a escrita, a cultura e o território*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020a.

FAUSTINI, Marcos (org.). *Taísa Machado, o Afrofunk e a Ciência do Rebolado*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020b.

FYA. Direção: Guilherme Nasser. Sharp. Youtube. 17 de set de 2018. 10min45s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=58K4gNjKjPQ&t=10s>. Acesso em: 17 mar 2021.

HOOKS, bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

MELO, Eduardo Rezende. *A subjetivação jurídico-política de crianças e de adolescentes e o direito ao desenvolvimento: contribuições críticas do debate filosófico contemporâneo*. São Paulo: Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Direito da Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.2.2020.tde-29042021-224953>. Acesso em: 12 out. 2020.

MENDEZ, Emilio Garcia. Infância, lei e democracia: uma questão de justiça. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, São Paulo, n. 8, p. 11-22, 2013. Disponível em:

<https://revista.pgsskroton.com/index.php/adolescencia/article/view/223>. Acesso em: 23 ago. 2020.

MORAGAS, Fernando Silva. *Para além da normalização: As Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto na zona de fronteira da ilegalidade*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados (Mestrado) em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/16916>. Acesso em: 07 out 2019.

RACIONAIS MC'S: das ruas de São Paulo pro Mundo. Direção: Juliana Vicente. Brasil: Netflix, 2022 (116min).

RACIONAIS MC's. *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RANIERE, Edio. *A invenção das medidas socioeducativas*. Porto Alegre: Programa de Pós Graduação (Doutorado) em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequenc#:~:text=Eis%2C%20portanto%2C%20a%20problem%C3%A1tica%20que,%C3%A0%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20Lei%3F>. Acesso em: 06 jun 2020.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virginia; ESCÓSSIA, Liliana (orgs). *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SANTOS, Richard. A encruzilhada dos guardiões e os direitos humanos. A transgressão do estigma social, racismo e do sofrimento racializado. In: KOERNER, A.; ENDO, P.; VRECHE, C. (Orgs.) *Debates interdisciplinares sobre direito e direitos humanos: Impasses, Riscos e Desafios*. Coleção Jurema: Campinas, 2021. p. 292-299.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. *Plano decenal de atendimento socioeducativo do estado de São Paulo*. São Paulo, 2014. Disponível em: https://www.prattein.com.br/home/images/stories/230813/direitos_crianca_adolacente/Plano_decenal_socioed_sp_2014.pdf. Acesso em: 30 ago 2020.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. *Plano decenal de atendimento socioeducativo do município de São Paulo, 2015-2025*. São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/arquivos/Plano_Decenal_ATENDIMENTO_SOCIOEDUCATIVO_2016.pdf. Acesso em: 15 set 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Dispõe sobre a tipificação da Rede Socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios. *Portaria n. 46 de 22 de dezembro de 2010*. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 23 dez 2010. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-assistencia-e-desenvolvimento-social-smads-46-de-22-de-dezembro-de-2010/detalhe>. Acesso em: 19 nov 2019.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. 2 ed. São Paulo: Veneta, 2020.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. *O controle sócio-penal dos adolescentes com processos judiciais em São Paulo: entre a 'proteção' e a punição*. São Paulo: Programa de Estudos Pós-Graduados (Doutorado) em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17955>. Acesso em 06 jan. 2021.

TAKEITI, Beatriz Akemi; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Vidas menores, política das intensidades. *Clínica e cultura*, v. 8, n. 1, p. 112-123, jan-jun 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-25092019000100011&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 26 nov 2020.

Sobre as autoras

Yliah Cavalcanti Sardinha 1

Mestre pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social pela PUC-SP; supervisora clínico-institucional.

Maria Cristina Gonçalves Vicentin 2

Professora doutora no Instituto de Psicologia da USP; Doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

Agradecimentos

Este artigo foi produzido com o apoio do CNPq na forma de bolsa para a pesquisa de mestrado da primeira autora e de bolsa produtividade para a segunda autora.